



# TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO

## Concurso Público para provimento de cargos de Analista Judiciário - Área Administrativa Especialidade Contabilidade

Caderno de Prova, Cargo D04, Tipo 001  
000000000000000000  
00001-0001-001

Nº de Inscrição  
MODELO

<b>P R O V A</b>
Português Noções de Direito Conhecimentos Específicos

### INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
  - corresponde a sua opção de cargo.
  - contém 50 questões, numeradas de 1 a 50.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.  
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

#### VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

#### ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 3 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS  
Outubro/2008

**PORTUGUÊS**

**Atenção:** As questões de números 1 a 10 referem-se ao texto que segue.

**A ética como pressuposto do direito**

O filósofo Emanuel Kant mostrou que nenhum Estado de direito poderá subsistir se não houver, por parte dos cidadãos, uma ampla adesão a esse sistema, e não uma mera obediência, obtida por coerção governamental. Tem sentido análogo ao dessa consideração de Kant a seguinte passagem de Rousseau: “Colocar a lei acima do homem é um problema, para a política, que comparo ao da quadratura do círculo, para a geometria. Resolvi bem esse problema e o governo fundado sobre essa solução será bom e sem abuso. Mas até lá, onde acreditarem fazer reinar as leis, serão os homens que reinarão.”

É preciso, pois, desenvolver o **ethos** da nação, e para isso é preciso também criar os cidadãos, pois estes só se tornam efetivamente cidadãos quando têm seus direitos respeitados, e quando, em contrapartida, observam seus deveres. Parafraseando Erasmo, o homem não nasce cidadão, torna-se tal por meio da educação. O cidadão só é despertado para a necessidade de seu comportamento ético quando percebe que está na ética uma garantia para um pleno convívio social. Ele precisa valorizar essa convivência, perceber que ela é essencial para a sua vida. Caso não dê crédito às normas éticas, acabará por se amparar nas leis da natureza, que lhe parecerão mais vantajosas.

O comportamento ético se define pela universalização dos valores que o norteiam. É a situação em que o indivíduo, antes de agir, pergunta se o mérito de sua ação vai ao encontro do que os outros homens valorizam, assim como ele espera que as ações dos outros encontrem nele plena aprovação. É assim, retomando a observação de Kant, que se manifesta a adesão voluntária e participativa do cidadão ao sistema que rege uma sociedade.

([http://faac.unesp.br/pesquisa/tolerancia/texto\\_etica\\_rouanet.htm](http://faac.unesp.br/pesquisa/tolerancia/texto_etica_rouanet.htm), adaptado)

1. De acordo com Kant, a subsistência de um Estado de direito depende de que
  - (A) uma parte dos cidadãos se disponha à submissão devida às leis.
  - (B) o sistema constitucional se imponha à maioria dos cidadãos.
  - (C) a legislação em que se sustenta obtenha o apoio dos cidadãos.
  - (D) o poder governamental saiba ser coercitivo em nome da lei.
  - (E) a obediência dos cidadãos seja o objetivo de quem legisla.

2. Resolvi bem esse problema e o governo fundado sobre essa solução será bom e sem abuso.

Com essa frase, no contexto do trecho de sua autoria, Rousseau está afirmando que

- (A) é tão difícil legislar de forma legítima quanto obter a quadratura do círculo.
- (B) a resolução do referido problema da geometria leva à forma justa de governar.
- (C) um governo que pretenda ser abusivo terá como desafio efetuar a quadratura do círculo.
- (D) os mais árduos problemas da geometria guardam íntima relação com o sistema de poder.
- (E) a quadratura do círculo tem dificuldade análoga à de governar impondo a lei aos homens.

3. Atente para as seguintes afirmações:

- I. Um cidadão só respeita a lei quando ela atende plenamente aos seus interesses pessoais.
- II. Os cidadãos acatam as leis quando sabem que elas existem para assegurar a convivência entre eles.
- III. A universalização da ética ocorre quando um cidadão se pergunta se o valor de sua ação tem o respaldo dos demais cidadãos.

Em relação ao texto, está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, somente.
- (C) II e III, somente.
- (D) I e III, somente.
- (E) III, somente.

<p>4. Considerando-se o contexto, há franca oposição de sentido entre as seguintes expressões:</p> <p>(A) <i>ampla adesão e adesão voluntária.</i></p> <p>(B) <i>normas éticas e leis da natureza.</i></p> <p>(C) <i>desenvolver o <b>ethos</b> da nação e criar os cidadãos.</i></p> <p>(D) <i>universalização dos valores e comportamento ético.</i></p> <p>(E) <i>direitos respeitados e seus deveres.</i></p>	<p>8. Está clara, coerente e correta a redação da seguinte frase:</p> <p>(A) Na paráfrase de Erasmo, antes de nascer cidadão, os homens precisam de se converter como tal através da educação.</p> <p>(B) Kant defendeu a idéia de que, sem a adesão e a participação dos cidadãos, não há Estado de direito que se mantenha como tal.</p> <p>(C) O pressuposto de que haja o <i>ethos</i> da nação se deve à criatividade que, quanto a isso, competem aos homens estabelecer.</p> <p>(D) Quem haverá de obedecer leis humanas, em vez das naturais, se estas lhes parecerem inteiramente impostas?</p> <p>(E) Quem não se interroga o valor do ato que lhe é próprio não sabe qualificá-lo igualmente em relação ao outro.</p>
<p>5. No contexto em que está inserido, o termo sublinhado no segmento</p> <p>(A) <i>ampla adesão a <u>esse sistema</u> (1º parágrafo) refere-se a Estado de direito.</i></p> <p>(B) <i>que comparo <u>ao</u> da quadratura do círculo (1º parágrafo) refere-se a do homem.</i></p> <p>(C) <i>torna-se <u>tal</u> por meio da educação (2º parágrafo) refere-se a homem.</i></p> <p>(D) <i><u>ela</u> é essencial para a sua vida (2º parágrafo) refere-se a necessidade.</i></p> <p>(E) <i><u>que</u> rege uma sociedade (3º parágrafo) refere-se a adesão voluntária.</i></p>	<p>9. É preciso <b>corrigir</b> a pontuação da seguinte frase:</p> <p>(A) Assim como Kant, também Rousseau cria não ser possível, num Estado de direito, colocar as leis acima dos cidadãos.</p> <p>(B) As normas éticas, para serem universalizadas, dependem de que cada homem as identifique como princípios que vale a pena respeitar.</p> <p>(C) Erasmo, ao considerar a questão da cidadania, vinculou-a a uma condição: os homens, para se tornarem cidadãos, devem ser educados.</p> <p>(D) Caso não se convençam os homens, da vantagem do comportamento ético, é possível que busquem sua orientação, nas leis naturais.</p> <p>(E) É uma máxima do convívio social: ao desfrute de um direito deve corresponder, invariavelmente, o cumprimento de um dever.</p>
<p>6. Está plenamente adequada a concordância verbal na frase:</p> <p>(A) Caso se coloque as leis acima do homem, este reagirá passando a seguir os ditames da natureza.</p> <p>(B) Não cabem aos princípios éticos determinar-se por si mesmos, pois quem os legitima é a necessidade humana.</p> <p>(C) Pretendem-se reconhecer nas escolhas éticas a universalização alcançada pelo respeito a princípios comuns.</p> <p>(D) A obediência às leis do instinto e da natureza costumam constituir a alternativa para quem descrê das leis humanas.</p> <p>(E) Não se impute aos homens que desobedecem as leis impostas o qualificativo de rebeldes, ou o de irresponsáveis.</p>	<p>10. <i>É preciso, pois, desenvolver o <b>ethos</b> da nação, e para isso é preciso também criar os cidadãos (...)</i></p> <p>A afirmação acima encontra equivalência de sentido nesta outra redação, igualmente correta:</p> <p>(A) É preciso que sejam criados os cidadãos, quando se faz necessário desenvolver o <i>ethos</i> da nação.</p> <p>(B) Por conseguinte, para que seja desenvolvido o <i>ethos</i> da nação, ele torna imprescindível a criação dos cidadãos.</p> <p>(C) Tendo em vista a criação de cidadãos, será necessário o desenvolvimento do <i>ethos</i> da nação.</p> <p>(D) É onde se deseja desenvolver o <i>ethos</i> da nação que se torna preciso criar os cidadãos.</p> <p>(E) Desde que se desenvolva o <i>ethos</i> da nação, também assim se desenvolverá a criação dos cidadãos.</p>
<p>7. NÃO admite transposição para a voz passiva o seguinte segmento:</p> <p>(A) <i>Resolvi bem esse problema (...)</i></p> <p>(B) <i>É preciso, pois, desenvolver o <b>ethos</b> da nação (...)</i></p> <p>(C) <i>Ele precisa valorizar essa convivência (...)</i></p> <p>(D) <i>(...) está na ética uma garantia para um pleno convívio social.</i></p> <p>(E) <i>(...) que as ações dos outros encontrem nele plena aprovação.</i></p>	

**Atenção:** As questões de números 11 a 20 referem-se ao texto que segue.

**A sociedade democrática**

*Que significam as eleições? Muito mais do que a mera rotatividade de governos ou alternância no poder. Simbolizam o essencial da democracia: que o poder não se identifica com os ocupantes do governo, não lhes pertence, mas é sempre um lugar disponível, que os cidadãos, periodicamente, preenchem com um representante, podendo revogar seu mandato se não cumprir o que lhe foi delegado para representar.*

*As idéias de situação e oposição, maioria e minoria, cujas vontades devem ser respeitadas e garantidas pela lei, vão muito além dessa aparência. Significam que a sociedade não é uma comunidade una e indivisa, voltada para o bem comum obtido por consenso, mas, ao contrário, que está internamente dividida e que as divisões são legítimas e devem expressar-se publicamente. A democracia é a única forma política que considera o conflito legítimo e legal, permitindo que seja trabalhado politicamente pela própria sociedade.*

*As idéias de igualdade e liberdade como direitos civis dos cidadãos vão muito além de sua regulamentação jurídica formal. Significam que os cidadãos são sujeitos de direitos e que, onde tais direitos não existam nem estejam garantidos, tem-se o direito de lutar por eles e exigí-los. É esse o cerne da democracia.*

(Marilena Chauí, **Convite à Filosofia**)

11. Numa sociedade efetivamente democrática, as eleições significam que

- (A) a rotatividade ou a alternância no poder executivo são condições de todo dispensáveis.
- (B) os governantes devem submeter periodicamente seu mandato ao aval dos eleitores que os escolheram.
- (C) o lugar do poder é transitoriamente ocupado por um representante escolhido pelos cidadãos.
- (D) a escolha de um representante não depende, necessariamente, da vontade da maioria dos cidadãos.
- (E) o poder governamental pertence ao ocupante de um cargo eletivo apenas durante a vigência de seu mandato.

12. Deve-se depreender, da leitura do primeiro parágrafo do texto, que, numa democracia,

- (A) a delegação de poder é soberana e, por isso mesmo, incondicional.
- (B) a periodicidade das eleições depende de dispositivos governamentais.
- (C) o essencial está em confiar o poder a quem se identifique com o mando.
- (D) a revogação de um mandato significa a retirada de uma delegação.
- (E) a representatividade de um governante se deve à alternância no poder.

13. Atente para as seguintes afirmações:

- I. A existência de situação e oposição numa sociedade é um fator necessário e suficiente para qualificá-la como democrática.
- II. O objetivo maior de um sistema democrático está em produzir uma sociedade igualitária e homogênea, imune às divisões internas.
- III. As tensões sociais, expressas publicamente num regime democrático, são inerentes à prática da verdadeira democracia.

Em relação ao texto, está correto SOMENTE o que se afirma em

- (A) III.
- (B) II e III.
- (C) I.
- (D) II.
- (E) I e II.

14. Considerando-se o contexto, traduz-se corretamente o sentido de um segmento do texto em:

- (A) *a mera rotatividade de governos* = a vulgar alternativa de mando.
- (B) *comunidade una e indivisa* = grupo social coeso e indecomponível.
- (C) *considera o conflito legítimo e legal* = arbitra o dilema como justo e bem constituído.
- (D) *regulamentação jurídica formal* = incorporação legal e literal.
- (E) *são sujeitos de direitos* = são cidadãos que observam a lei.

15. O dinamismo próprio de uma democracia revela-se, sobretudo, quando

- (A) a maioria dos cidadãos faz representar-se como comunidade orgânica.
- (B) se formaliza juridicamente o direito à liberdade e à igualdade.
- (C) se batalha pelo consenso de idéias entre os detentores de direitos.
- (D) a minoria submete à aprovação da maioria a legitimidade de seus direitos.
- (E) ocorre a luta dos cidadãos para que seus direitos sejam garantidos.

16. *Igualdade e liberdade* são conceitos que

- (A) definem, por si mesmos, a essência de um sistema democrático.
- (B) devem ser tomados para além do que aparentemente significam.
- (C) descrevem o caráter estático de uma verdadeira democracia.
- (D) estabelecem entre si uma relação dinâmica de causa e efeito.
- (E) indicam a superação das contradições de uma democracia.

17. O verbo indicado entre parênteses deverá adotar uma forma do **plural** para preencher corretamente a lacuna da frase:

- (A) É preciso que se ..... (**conferir**) às eleições muito mais que uma importância circunstancial.
- (B) O justo enfrentamento de todas as situações de conflitos sociais ..... (**constituir**) uma das características da democracia.
- (C) As divergências que ..... (**costumar**) haver numa sociedade dividida alcançam expressão política numa democracia.
- (D) Não se ..... (**atribuir**) às manifestações eleitorais o sentido maior de um sistema democrático.
- (E) Não ..... (**dever**) satisfazer a um cidadão, numa democracia, apenas os direitos que lhe cabem como eleitor.

18. Estão corretos o emprego e a flexão das formas verbais na frase:

- (A) Quem se desavir com a democracia haverá, mais cedo ou mais tarde, de pagar o preço caro da tirania.
- (B) O que mais nos apraz numa democracia é a confiança de que ela nos imbuê para lutar por nossos direitos.
- (C) É preciso que os consensos que advierem da prática democrática não arrefeçam o esforço de aprimoramento do processo político.
- (D) A democracia nos provém de meios para lutarmos não apenas por nossos direitos, mas pelos dos indivíduos que o sistema não privilegia.
- (E) Se os ganhos da luta democrática não contemplarem e satisfizerem a todos os cidadãos, estará sendo alcançada uma vitória apenas parcial.

19. É preciso **corrigir** a redação da frase:

- (A) Prefiram-se as falhas da democracia às supostas vantagens de qualquer outro regime político.
- (B) Os ideais por que lutam os cidadãos costumam ser mais claros do que as razões por que se abstêm de lutar.
- (C) A estagnação social e o conformismo do povo constituem entraves ao processo de amadurecimento da vida política.
- (D) Sempre haverá os que imaginam a democracia sendo um regime pelo qual só contam os votos da maioria.
- (E) Os conflitos sociais são penosos, mas não deixam ficar na sombra as injustiças e as desigualdades.

20. As eleições são importantes, mas não se empreste às eleições um valor absoluto, ainda que muitos ainda vejam as eleições como finalidade última do processo democrático, sem falar nos que consideram as eleições uma aborrecida obrigação.

Evitam-se as viciosas repetições do texto acima substituindo-se os elementos sublinhados, respectivamente, por:

- (A) se lhes empreste - as vejam - as consideram
- (B) se as empresta - as vejam - lhes consideram
- (C) se empreste-lhes - vejam-nas - lhes consideram
- (D) se empreste a elas - lhes vejam - as consideram
- (E) se lhes empreste - vejam-lhes - consideram elas

## NOÇÕES DE DIREITO

21. Com relação aos Servidores Públicos, considere as assertivas abaixo:

- I. São estáveis, após dois anos de efetivo exercício, os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.
- II. O servidor público estável perderá o cargo mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa.
- III. Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade em caráter definitivo, com remuneração proporcional ao tempo de serviço.
- IV. É dispensada a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para a aquisição da estabilidade.

Está **INCORRETO** o que consta **APENAS** em

- (A) II e III.
- (B) II, III e IV.
- (C) I e II.
- (D) I, III e IV.
- (E) II e IV.

22. No que concerne ao Poder Legislativo, é correto afirmar que compete privativamente à Câmara dos Deputados

- (A) aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de Presidente e diretores do Banco Central.
- (B) processar e julgar o Presidente e o Vice-Presidente da República nos crimes de responsabilidade, bem como os Ministros de Estado e os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica nos crimes da mesma natureza conexos com aqueles.
- (C) autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado.
- (D) autorizar operações externas de natureza financeira, de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios.
- (E) fixar, por proposta do Presidente da República, limites globais para o montante da dívida consolidada da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

23. Quando se menciona da possibilidade que tem a administração de criar obrigações ou impor restrições, unilateralmente, aos administrados, diz-se do atributo do ato administrativo denominado

- (A) presunção de legitimidade.
- (B) auto-executoriedade.
- (C) tipicidade.
- (D) imperatividade.
- (E) presunção de legalidade.

24. Na aplicação das penalidades previstas na Lei que dispõe sobre o Regime Jurídico dos servidores públicos civis da União, NÃO são consideradas
- (A) a natureza e a gravidade da infração.
  - (B) a idade do servidor público.
  - (C) os danos decorrentes da infração para o serviço público.
  - (D) as circunstâncias agravantes e atenuantes.
  - (E) os antecedentes funcionais do servidor infrator.

25. Considere as assertivas abaixo a respeito da gratificação de natal.

- I. São destinatários da gratificação natalina, dentre outros, os empregados urbanos, rurais, os trabalhadores avulsos e os domésticos.
- II. O cálculo da gratificação de natal é efetuado com base na remuneração do mês de dezembro e observará o tempo de serviço do empregado, sofrendo descontos de contribuições sociais.
- III. A gratificação de natal corresponderá a 1/12 da remuneração para cada mês de serviço do ano correspondente.
- IV. O adicional noturno e a gorjeta não são componentes da remuneração, não sendo computados no cálculo da gratificação de natal.

Está correto o que consta APENAS em

- (A) I e II.
- (B) II, III e IV.
- (C) I, II e III.
- (D) I, III e IV.
- (E) II e IV.

26. NÃO integra o aviso prévio indenizado

- (A) a gratificação semestral.
- (B) o adicional de insalubridade pago com habitualidade.
- (C) o adicional noturno pago com habitualidade.
- (D) a hora extra paga com habitualidade.
- (E) as comissões.

27. Douglas, empregado da empresa X, laborava no período noturno quando foi transferido pelo seu superior hierárquico para o período diurno de trabalho. Neste caso, Douglas

- (A) terá o adicional noturno reduzido para 10% durante pelo menos doze meses.
- (B) terá o adicional noturno reduzido para 10% durante pelo menos seis meses.
- (C) terá o adicional noturno mantido em razão da irreduzibilidade salarial vedada pela Carta Magna.
- (D) terá o adicional noturno mantido pelo período de seis meses.
- (E) perderá o direito ao adicional noturno que recebia.

28. Considere:

- I. Maria ajuizou reclamação trabalhista em face da empresa privada X com valor da causa de R\$ 12.450,00.
- II. Joana ajuizou reclamação trabalhista em face da autarquia federal que laborava fornecendo à causa o valor de R\$ 15.000,00.
- III. Diana ajuizou reclamação trabalhista em face da empresa privada Y com valor da causa de R\$ 16.000,00.
- IV. Joana ajuizou reclamação trabalhista em face da Prefeitura Municipal de Caldas Novas fornecendo à causa o valor de R\$ 8.300,00.

De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, serão submetidos ao procedimento sumaríssimo as demandas indicadas APENAS em

- (A) I e III.
- (B) I.
- (C) I e IV.
- (D) II e IV.
- (E) I e II.

29. O representante legal da empresa X recebeu pessoalmente intimação de execução em reclamação trabalhista na última sexta-feira. Neste caso, em regra, considerando que na segunda-feira subsequente é feriado nacional, o prazo processual correspondente iniciará sua contagem

- (A) na segunda-feira subsequente e será contínuo.
- (B) na terça-feira subsequente e será contínuo.
- (C) na própria sexta-feira, interrompendo-se no sábado e domingo subsequentes.
- (D) na própria sexta-feira e será contínuo.
- (E) no sábado subsequente, interrompendo-se no domingo subsequente.

30. Contra a decisão de magistrado que acolhe a exceção de incompetência em razão da matéria

- (A) caberá agravo de instrumento para o Tribunal Superior do Trabalho.
- (B) não caberá recurso, por expressa disposição legal.
- (C) caberá recurso ordinário para o Tribunal Superior do Trabalho.
- (D) caberá agravo de instrumento para o Tribunal Regional Federal competente.
- (E) caberá recurso ordinário para o Tribunal Regional Federal competente.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

31. Em relação à escrituração contábil, é correto afirmar:
- (A) Os lançamentos no livro Diário devem ser efetuados diariamente, não se admitindo exceções.
  - (B) A escrituração correta e tempestiva do livro Razão permite saber, em qualquer data, o saldo das contas de resultado e patrimoniais.
  - (C) O único livro contábil considerado obrigatório pela Receita Federal do Brasil para apuração da base de cálculo do imposto de renda é o livro Diário.
  - (D) No Brasil, existe um Plano de Contas padronizado que deve ser seguido por todas as entidades com fins lucrativos.
  - (E) Segundo normas do Conselho Federal de Contabilidade, a escrituração contábil somente pode ser efetuada em sistemas informatizados.

32. Uma sociedade com fins lucrativos, no exercício de início de suas atividades, efetuou sua escrituração contábil pelo regime de caixa, apurando um prejuízo de R\$ 10.000,00. Advertida de seu erro, reelaborou a escrituração pelo regime de competência, tendo registrado um lucro líquido no exercício de R\$ 3.000,00. As despesas, pelo regime de competência, equivaleram a 70% das despesas registradas pelo regime de caixa. As receitas, reconhecidas pelo regime de competência, montaram a R\$ 24.000,00. Logo, as receitas, se reconhecidas pelo regime de caixa, corresponderiam, em R\$, a
- (A) 7.000,00.
  - (B) 13.000,00.
  - (C) 20.000,00.
  - (D) 21.000,00.
  - (E) 27.000,00.

33. A Cia. Comercial Madureira iniciou o exercício com um estoque de R\$ 800.000,00. Adquiriu R\$ 1.300.000,00 de mercadorias, já deduzidos desse valor os impostos recuperáveis. As vendas líquidas da empresa no exercício totalizaram R\$ 1.800.000,00. A companhia adota o sistema do inventário periódico e a contagem do estoque final de mercadorias indicou que ele equivalia a 120% do estoque inicial. O lucro bruto da companhia nesse exercício equivaleu, em R\$, a
- (A) 1.140.000,00.
  - (B) 980.000,00.
  - (C) 960.000,00.
  - (D) 840.000,00.
  - (E) 660.000,00.

34. A Cia. Comercial Mar Azul fez, na ordem cronológica, as seguintes operações com mercadorias no mês de início de suas atividades:
- compra de 3.000 unidades a R\$ 80,00 cada uma
  - compra de 5.000 unidades a R\$ 88,00 cada uma
  - venda de 4.200 unidades a R\$ 200,00 cada uma
- Após essas operações, o estoque de mercadorias no final do mês foi avaliado em R\$ 323.000,00. Logo, é correto afirmar que o método utilizado pela companhia para avaliar os seus estoques foi o
- (A) do preço de reposição.
  - (B) PEPS (primeiro que entra, primeiro que sai).
  - (C) UEPS (último que entra, primeiro que sai).
  - (D) da média ponderada móvel.
  - (E) do preço específico.

35. A Cia. Industrial Luar do Sertão vendeu 10.000 unidades de um produto de sua fabricação ao preço unitário de R\$ 20,00, tendo havido incidência de ICMS à alíquota de 18% e IPI à 10%. O preço de custo correspondeu a 60% do preço de venda das mercadorias. Sabendo-se que a companhia é contribuinte do PIS e da COFINS na sistemática cumulativa (alíquotas de 0,65% e 3%, respectivamente), a devolução de 10% do lote pela empresa adquirente diminuiu o lucro bruto da companhia vendedora no valor, em R\$, de
- (A) 3.670,00.
  - (B) 3.800,00.
  - (C) 4.330,00.
  - (D) 4.400,00.
  - (E) 5.670,00.

36. É uma reserva de capital:
- (A) Reserva de Alienação de Bônus de Subscrição.
  - (B) Reserva de Contingências.
  - (C) Reserva Estatutária.
  - (D) Reserva de Expansão para Investimentos.
  - (E) Reserva para Pagamento de Dividendo Obrigatório.

37. A Cia. Maracanã efetuou uma benfeitoria em imóvel alugado de terceiros, cujo valor será revertido ao proprietário do imóvel no final do contrato de locação. O valor contábil da benfeitoria está assim demonstrado em seu balanço patrimonial levantado em 31-12-2007:
- |                           |                        |
|---------------------------|------------------------|
| Custo da benfeitoria      | R\$ 120.000,00         |
| (-) Amortização acumulada | <u>(R\$ 66.000,00)</u> |
| (=) Valor contábil        | R\$ 54.000,00          |
- Sabendo que o contrato de locação é de 10 anos, pode-se concluir que, em relação a 31-12-2007, o início da amortização ocorreu há
- (A) seis anos e quatro meses.
  - (B) seis anos.
  - (C) cinco anos e meio.
  - (D) cinco anos e três meses.
  - (E) quatro anos e meio.

38. Um dos objetivos da Demonstração do Fluxo de Caixa, recém tornada obrigatória em virtude da modificação introduzida pela Lei nº 11.638/2007 na Lei das Sociedades por Ações, é

(A) permitir calcular o índice de liquidez corrente.

(B) avaliar quanto do lucro da entidade foi aplicado no seu Disponível.

(C) evidenciar a variação do Capital Circulante Líquido da entidade de um exercício para o outro.

(D) avaliar a situação financeira da empresa no curto prazo (até um ano).

(E) permitir a auditoria das disponibilidades da empresa com custo menor.

39. A Cia. Estrela do Norte apresentou os seguintes valores no seu balanço patrimonial encerrado em 31-12-2006:

Ativo Circulante .....	800.000,00
Passivo Circulante .....	650.000,00
Ativo Realizável a Longo Prazo .....	230.000,00
Passivo Exigível a Longo Prazo .....	470.000,00
Ativo Permanente .....	950.000,00
Resultado de Exercícios Futuros.....	20.000,00

Foram extraídas as seguintes informações da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido:

Aumento de capital em dinheiro .....	240.000,00
Aumento de capital com incorporação de reservas .....	260.000,00
Resgate de ações da própria companhia .....	100.000,00

No exercício de 2007, o total de ativos da companhia aumentou 50% e o Passivo Exigível 80%. O grupo Resultado de Exercícios Futuros diminuiu R\$ 10.000,00 em valores absolutos.

Considerando apenas as informações dadas, é correto concluir que a companhia apresentou, em 2007,

- (A) lucro líquido do exercício de R\$ 28.000,00.
- (B) lucro líquido do exercício de R\$ 23.000,00.
- (C) lucro líquido do exercício de R\$ 3.000,00.
- (D) prejuízo no exercício de R\$ 36.000,00.
- (E) prejuízo no exercício de R\$ 44.000,00.

40. A suspensão das atividades da entidade ou a queda do seu nível de ocupação pode provocar efeitos na utilidade de determinados ativos e até mesmo a perda integral de seu valor.

Essa afirmação fornece a base que caracteriza o Princípio Contábil da

- (A) Oportunidade.
- (B) Consistência.
- (C) Prudência.
- (D) Materialidade.
- (E) Continuidade.

41. Resíduos Passivos resultam da adoção do princípio

- (A) de competência para a arrecadação de receitas e de caixa para a realização das despesas.
- (B) de competência para a arrecadação de receitas e a realização das despesas.
- (C) misto para a arrecadação de receitas.
- (D) de competência para a realização das despesas.
- (E) de caixa para a arrecadação de receitas e a realização das despesas.

42. Constituem receita extra-orçamentária os valores recebidos a título de

- (A) amortização de empréstimos concedidos pelo ente público.
- (B) alienação de bens imóveis.
- (C) depósitos e cauções.
- (D) obtenção de empréstimos.
- (E) multas e juros de mora sobre tributos.

43. Constitui uma variação patrimonial independente de execução orçamentária:

- (A) construção de bens imóveis.
- (B) superveniência passiva.
- (C) cobrança da dívida ativa.
- (D) transferências de capital.
- (E) receita patrimonial.

44. Dados extraídos do Balanço Financeiro de uma prefeitura em 31-12-2007:

Saldo do exercício anterior .....	R\$ 150.000,00
Receitas Correntes .....	R\$ 800.000,00
Total das Despesas Orçamentárias.....	R\$ 900.000,00
Receitas Extra-orçamentárias .....	R\$ 70.000,00
Saldo para exercício seguinte .....	R\$ 130.000,00
Receitas de Capital .....	R\$ 90.000,00

É correto concluir que as Despesas Extra-Orçamentárias totalizaram nesse exercício a importância, em R\$, de

- (A) 80.000,00.
- (B) 90.000,00.
- (C) 100.000,00.
- (D) 110.000,00.
- (E) 120.000,00.



<p>45. Um empréstimo de R\$ 360.000,00 para aquisição de casa própria deverá ser pago em 240 prestações mensais, à taxa de 0,5% ao mês pelo Sistema de Amortização Constante (SAC), vencendo a primeira prestação um mês após a data da realização do empréstimo. O valor da 141ª prestação é igual a</p> <p>(A) 1.500,00.          (B) 1.750,00.          (C) 1.950,00.          (D) 2.000,00.          (E) 2.250,00.</p>	<p>48. Em relação à repartição das receitas públicas, é correto afirmar:</p> <p>(A) A União não transfere recursos para os Municípios, apenas para os Estados.          (B) A arrecadação do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) é dividida entre a União e o Estado da Federação onde o veículo foi emplacado, cabendo ao Estado 20% do total.          (C) Os Estados da Federação transferem 50% (cinquenta por cento) do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para os municípios de sua jurisdição, proporcionalmente ao valor adicionado apurado em cada um.          (D) A União entregará 10% (dez por cento) do produto da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados, aos Estados e ao Distrito Federal, proporcionalmente ao valor das respectivas exportações de produtos industrializados.          (E) O Imposto Territorial Rural (ITR) tem sua arrecadação dividida entre os Estados e os Municípios, de acordo com a área da propriedade rural considerada improdutiva.</p>
<p>46. Em relação aos princípios orçamentários adotados no Brasil, é correto afirmar:</p> <p>(A) O princípio da não afetação de receitas deve ser cumprido rigidamente, uma vez que não há exceções previstas na Constituição Federal.          (B) O princípio da exclusividade não impede que a lei orçamentária possa conter autorização para abertura de créditos suplementares.          (C) O princípio da anualidade não implica que o orçamento coincida com o ano civil.          (D) O princípio da universalidade admite exceções no tocante à fixação das despesas.          (E) O princípio orçamentário da unidade não está previsto na Lei nº 4.320/64.</p>	<p>49. É classificado como despesa corrente o gasto com</p> <p>(A) aquisição de imóveis que já estejam sendo utilizados pelo Poder Público.          (B) amortização da dívida pública interna e externa.          (C) aumento de capital em empresas estatais.          (D) aquisição de ações de empresas em geral.          (E) juros e encargos da dívida pública.</p>
<p>47. Analise as afirmações abaixo, relativas ao ciclo orçamentário no Brasil.</p> <p>I. O Plano Plurianual tem sua vigência iniciada no primeiro dia do segundo ano de mandato do Chefe do Poder Executivo e terminada no último dia do primeiro ano do mandato seguinte.          II. A Lei das Diretrizes Orçamentárias estabelecerá a política de aplicação de recursos das agências financeiras oficiais de fomento.          III. O projeto de Lei Orçamentária Anual deve ser apreciado pelas duas casas do Congresso Nacional em sessões separadas.          IV. Nenhum projeto de investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no Plano Plurianual ou sem lei que autorize a inclusão.</p> <p>Está correto o que consta APENAS em</p> <p>(A) I.          (B) I e II.          (C) I, II e IV.          (D) II e III.          (E) III e IV.</p>	<p>50. Em relação aos créditos adicionais, é correto afirmar:</p> <p>(A) Os créditos suplementares terão vigência adstrita ao exercício financeiro em que forem abertos.          (B) A abertura de créditos extraordinários no orçamento depende de prévia autorização legislativa.          (C) Os créditos especiais são aqueles que reforçam dotação orçamentária já existente.          (D) A abertura de créditos especiais independe da existência de recursos disponíveis para financiar a despesa correspondente.          (E) O superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício não pode constituir fonte de recursos para o financiamento da abertura de créditos suplementares.</p>